



10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política

Belo Horizonte, 30 de agosto a 2 de setembro de 2016

Área temática: Política Externa

IT'S ALL ABOUT THE OIL?

O ENGAJAMENTO DA CHINA EM OPERAÇÕES DE PAZ NA ÁFRICA

Renan Holanda Montenegro

PPGCP-UFPE

Belo Horizonte

2016

IT'S ALL ABOUT THE OIL?

O ENGAJAMENTO DA CHINA EM OPERAÇÕES DE PAZ NA ÁFRICA

Resumo: Apesar de ter ingressado na Organização das Nações Unidas (ONU) em 1971, o engajamento da China diante das instituições internacionais é um fenômeno recente. Mais ainda, o claro direcionamento da política externa chinesa em busca de reformar essas instituições constitui um traço marcante da atuação internacional contemporânea do País. O governo comunista tem, por exemplo, sido incisivo com relação à necessidade de se dar mais voz às nações emergentes dentro do arcabouço institucional da ONU, sobretudo na esfera financeira. O objetivo deste trabalho, no entanto, é investigar o crescente engajamento da China em outro campo: as operações de paz das Nações Unidas (*peacekeeping operations*). Mais especificamente, analisamos a participação chinesa em operações deste tipo realizadas no continente africano. Atualmente, a ONU possui 16 operações de paz em andamento, sendo que a China contribui diretamente em dez delas. O país é o membro permanente do Conselho de Segurança que mais envia pessoal para as *peacekeeping operations*. Cerca de $\frac{3}{4}$ das operações chinesas estão concentradas na África. O governo justifica esse engajamento argumentando que faz parte da nova postura proativa adotada pelo país em nível internacional. A imprensa tem levantado dúvidas se não há interesses econômicos por trás de tudo, já que a África é uma das principais fontes fornecedoras de petróleo para a China. Essa suspeita é mais forte principalmente no Sudão do Sul, para onde a China enviou soldados para protegerem instalações de petroleiras estatais. Estaria o governo chinês fazendo uma espécie de revisão em sua conhecida estratégia internacional baseada na multipolaridade e na não-interferência (ou não-intervenção)? Esta é uma das perguntas que o trabalho se propõe a responder. O trabalho possui dois objetivos, assim descritos: 1) Analisar o engajamento recente da China em operações de paz da ONU, sobretudo na África, sob a perspectiva do discurso oficial do governo comunista; e 2) Investigar se esse engajamento da China nas *peacekeeping operations* no continente africano tem alguma relação com interesses econômicos e/ou segurança energética. Metodologicamente, utilizamos técnicas estatísticas para testar a associação de algumas variáveis. A participação chinesa nas operações de paz, medida em quantidade de pessoal enviado (militar e polícia), é a nossa variável dependente. Testamos a correlação entre ela e uma variável independente medida em dólares correntes: o fluxo comercial da China com o continente africano. Além disso, também apresentamos dados descritivos a respeito de cada uma das variáveis trabalhadas.

Palavras-chave: China; África; ONU.

INTRODUÇÃO

Durante visita oficial aos Estados Unidos em setembro de 2015, o presidente chinês Xi Jinping anunciou a oferta de vultosos recursos financeiros e de milhares de soldados para as Operações de Paz das Nações Unidas (*peacekeeping operations*). A iniciativa pegou muitos de surpresa, haja vista a desconfiança e o isolamento que caracterizaram a atitude da China frente a Organização das Nações Unidas (ONU) desde a sua entrada oficial no órgão, em 1971. Em discurso na Assembleia Geral (AGNU), Xi Jinping disse que pretende disponibilizar uma força permanente para as operações de paz de cerca de 8 mil homens e prometeu uma doação de US\$ 1 bilhão para um fundo de paz e desenvolvimento das Nações Unidas¹.

A gradativa inserção no sistema multilateral, bem como o intenso desenvolvimento econômico das últimas décadas, fez da China um dos fenômenos mais marcantes das relações internacionais contemporâneas. Entre as várias facetas desta ascensão, um aspecto em particular tem despertado a atenção de várias analistas: o avanço da presença chinesa na África. Atualmente, a China participa de dez missões de paz da ONU, das quais sete estão na África. Apesar de compartilharem uma mútua identificação por terem sido vítimas do processo colonizador europeu, ainda que em escalas diferentes, o estreitamento dos laços sino-africanos só veio a ganhar força a partir da segunda metade do século passado. Os movimentos de independência na África, o ingresso da China comunista na Organização das Nações Unidas (ONU) e a insatisfação quanto aos rumos do sistema bipolar foram alguns dos elementos que influenciaram essa aproximação.

Em viagem oficial ao Egito, em 2006, o então premier chinês Wen Jiabao já havia expressado que a aproximação chinesa era fortemente influenciada por essa referida solidariedade conjunta. Em seu discurso, Jiabao disse que a China foi vítima das agressões coloniais por mais de um século e que a nação chinesa entende muito bem o sofrimento causado por anos a fio de exploração².

A literatura nos campos da Ciência Política e das Relações Internacionais sobre as relações entre China e África tem se desenvolvido intensamente ao longo das últimas décadas, cobrindo uma diversidade de temas. Entre os mais abordados pela comunidade acadêmica, podemos citar: o histórico das relações políticas e diplomáticas (MITCHELL & McGIFFERT, 2007; VISENTINI, 2011); a institucionalização da parceria por meio do Fórum

1 Detalhes da visita oficial do presidente Xi Jinping aos Estados Unidos e de seu discurso na Assembleia Geral da ONU podem ser vistos na reportagem 'China Surprises U.N. With \$100 Million and Thousands of Troops for Peacekeeping', publicada pelo New York Times no dia 28 de setembro de 2015. Disponível online no link: <http://www.nytimes.com/interactive/projects/cp/reporters-notebook/xi-jinping-visit/china-surprises-u-n-with-100-million-and-thousands-of-troops-for-peacekeeping>.

2 O discurso, intitulado "From brothers to 'partners': China and Africa build strategic ties", pode ser acessado online por meio do seguinte endereço: http://english.peopledaily.com.cn/200611/03/eng20061103_317919.html.

de Cooperação China-África (Focac) (VADELL et al, 2013; ANSHAN, 2007); a dinâmica econômica das relações, com especial ênfase à demanda chinesa por recursos energéticos e os vultosos investimentos diretos destinados aos países africanos (CARNEIRO LEÃO, 2009; PAUTASSO & OLIVEIRA, 2008; WANG, 2007).

Estas duas frentes da ascensão chinesa nas relações internacionais contemporâneas – a saber, o maior engajamento diante do multilateralismo onusiano e as relações com a África – constituem o objeto principal de estudo do presente trabalho. Mais especificamente, pretendemos investigar a participação chinesa nas *peacekeeping operations* da ONU, com foco especial àquelas operações no continente africano. A China só começou a contribuir com as operações de paz já nos anos 1990, sobretudo com equipes de apoio (médicos e engenheiros, por exemplo), tendo enviado seus primeiros soldados apenas em 2015, para a missão oficial das Nações Unidas no recém-independente Sudão do Sul.

Neste artigo, utilizamos uma abordagem histórica combinada com alguns dados quantitativos para discutir a hipótese de que interesses econômicos desencadearam o aumento da participação chinesa nas operações de paz da ONU, em especial na África. Estaria a China utilizando o regime multilateral de segurança para perseguir assuntos particulares? O intervalo da análise se situa entre 1990, ano em que a China destina sua primeira contribuição oficial a uma missão de paz da ONU, e 2015.

Além desta introdução, o trabalho ainda conta com outras três seções. Primeiro, discute-se alguns aspectos de interesse sobre a atuação internacional da China em perspectiva histórica. Em seguida, apresentamos os dados quantitativos e interpretamos os resultados de estatísticas descritivas e testes de correlação. Por fim, tecemos algumas considerações finais. Com esse esforço de pesquisa, esperamos prestar uma contribuição para os estudos sobre a política externa chinesa contemporânea em geral, com foco específico nas relações sino-africanas e no engajamento chinês junto às Nações Unidas.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA CHINA: ASPECTOS DE INTERESSE EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

Se há algo que pode, em suma, definir bem a atuação internacional da China é a sua relativa estabilidade. Uma rápida investigação a respeito da política externa chinesa nos mostra que o país alternou longos momentos de isolamento com alguns períodos específicos de relacionamento com o mundo exterior. Na secular história imperial chinesa, podemos citar dois momentos de relevância a respeito das relações internacionais chinesas: os intercâmbios culturais e comerciais ao longo da Rota da Seda durante a dinastia mongol

no século XIII; e as grandes navegações comandadas por Zheng He no século XV (EISENMAN, HEGINBOTHAM & MITCHELL, 2007)³.

Kissinger (2011) explica que a China sempre teve uma abordagem com relação à ordem mundial muito distinta daquela tradicionalmente incorporada pelo Ocidente. O autor nota que os chineses nunca se envolveram ou buscaram se engajar em um relacionamento com outros Estados. Durante séculos, a crença em um mandato celestial que conferia um caráter especial ao Império Chinês foi a linha de ação oficial do país, de modo que a supremacia era uma espécie de lei natural.

Os imperadores chineses sentiam que não era prático pensar em influenciar países que a natureza tivera a infelicidade de situar a tão grandes distâncias da China. Na versão chinesa do excepcionalismo, a China não exportava suas ideias, mas deixa que os outros viessem buscá-las. Povos vizinhos, acreditavam os chineses, se beneficiavam do contato com a China e a civilização, desde que reconhecessem a soberania do governo chinês. Se não, eram bárbaros. A subserviência ao imperador e a observância de rituais imperiais eram o cerne da cultura. (KISSINGER, 2011, p. 35)

Somente no século XVII, com uma maior flexibilidade dentro da filosofia confucionista oficial, a China Imperial assinava seu primeiro tratado com um país europeu: o tratado de Nerchinsk. Assinado em 1689, o documento firmado entre a dinastia Qing e o Império Russo delimitava as fronteiras entre os dois países e tinha o objetivo de encerrar conflitos de caráter territorial na Manchúria e em colônias russas. O fato é que, após anos de isolamento e assunção prévia de uma suposta superioridade com relação ao resto do globo, a China enfraqueceu-se militarmente e acabou ficando vulnerável a ameaças iminentes. Em 1842, após décadas de pressão por parte das potências ocidentais e a humilhação na 1ª Guerra do Ópio, o país assinava o Tratado de Naquim, o primeiro dos chamados “tratados desiguais”. Não à toa, esse período entrou para a história como o “século da humilhação”.

Tradicionalmente, a China sempre demonstrou muita desconfiança, quando não repulsa, aos mais diversos tipos de organizações internacionais, sejam elas regionais ou multilaterais *stricto sensu*. Tomemos por exemplo o caso da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean), fundada em 1967 e composta por dez Estados: Brunei, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Filipinas, Cingapura, Tailândia e Vietnã. Apesar de serem vizinhos próximos, a China só reconheceu este agrupamento de países em 1975, pois considerava a Asean um locus de disputa envolvendo questões ideológicas na esteira da Guerra Fria.

3 Após esses períodos, uma reinterpretação do pensamento confucianista burocrático dentro das elites chinesas fez com que o país permanecesse introspectivo e xenófobo ao longo de muitos séculos, enxergando a si mesmo como um modelo ao qual outras nações deveriam seguir e vendo o mundo externo como algo inferior – e, não raro, como uma ameaça.

A aproximação aconteceu por conta do ingresso na ONU em 1971 e o início do reconhecimento diplomático da China por esses países. A primeira cúpula informal da Asean com a China, o chamado ASEAN+1, só veio a ocorrer em 1997. É verdade que os laços entre China e o Sudeste Asiático, a despeito das tensões no Mar do Sul da China, estreitaram muito rapidamente no decorrer dos últimos anos, mas pode-se notar claramente que esse processo levou tempo até se desenrolar (LIJUN, 2008).

O caso da Asean é emblemático pois mostra com clareza a postura desconfiada da China quanto ao ambiente internacional, inclusive com o seu próprio entorno geográfico. O imediato pós-revolução e o início da Revolução Cultural marcam essa fase inicial do projeto comunista, de profundo doutrinamento ideológico. A abertura definitiva só vem a acontecer, de fato, com as reformas de Deng Xiaoping, praticamente na entrada dos anos 1980. Ou seja: a inflexão definitiva da política externa chinesa do isolamento para a assertividade é um fenômeno extremamente novo.

O engajamento chinês junto às operações de paz da ONU, nosso objeto de estudo, se configura como uma das faces mais recentes desta “nova” política externa. Ling (2007), por exemplo, nota que enquanto os investimentos e os subsídios da China para os países em desenvolvimento estão muito bem documentados e destrinchados, pouco familiar é a atuação do país nas *peacekeeping operations*. Para além disso, podemos afirmar que, especificamente com relação à África, ainda pairam muitas questões na cabeça dos analistas a respeito das verdadeiras intenções da China no continente.

Visentini (2011) pontua que a diplomacia chinesa elevou ao patamar de prioridade a reinserção do país dentro do sistema ONU, “garantindo independência e estabilidade” para não depender de um “aliado especial mais poderoso” (p. 93). Com relação especificamente à projeção da política externa chinesa para os países africanos dotados de recursos energéticos, três fatores devem ser levados em conta: o político-diplomático, o comercial e o econômico.

No âmbito político-diplomático, a China tem adotado a ênfase na não-intervenção em assuntos domésticos, na valorização da soberania nacional, bem como na aproximação das respectivas agendas políticas nos organismos multilaterais. No âmbito do comércio exterior, o governo chinês tem assumido déficits comerciais planejados, viabilizando muitas economias periféricas ao absorver suas commodities a preços em crescente elevação. No âmbito econômico, os investimentos externos realizados pela China em infra-estrutura, com financiamento e apoio técnico, têm dado impulso decisivo à construção nacional. As exigências diplomáticas chinesas restringem-se ao reconhecimento de “uma só China” e aos compromissos bilaterais no comércio exterior. (PAUTASSO & OLIVEIRA, 2008. p. 384)

Nesse contexto, o estreitamento das relações sino-africanas foi se tornando mais dramático na medida em que a demanda chinesa por energia foi aumentando. Uma rápida

observação da elasticidade energética do PIB, número de unidades adicionais de energia necessárias para gerar uma unidade adicional do produto, é emblemática. Entre 1978 e 2000, quando o PIB da China cresceu a uma taxa anual média de 9%, o consumo de energia subiu apenas 4% ao ano. A partir de 2000, a intensividade energética do crescimento chinês aumentou drasticamente, com a elasticidade energética passando de uma média de 0,4 (1980-1990) para 1,1 (2001-2006) (CARNEIRO LEÃO, 2009).

Dentro deste cenário, a atuação das petroleiras estatais chinesas pode lançar luz para importantes aspectos dessa complexa interação entre China, África, investimentos e recursos energéticos. Thorstensen, Ramos e Muller (2011) observam que a estratégia de internacionalização das empresas chinesas integra a política chamada de *going global*, que prevê o investimento das companhias chinesas na diversificação da sua cadeia produtiva, busca por novos mercados e controle de importantes reservas de recursos naturais complementares. Os autores notam que o governo chinês tem incentivado essa prática desde o início do século XXI, através de linhas de crédito e reformas pontuais para a aplicação de Investimento Diretos Externos (IDE). Essa faceta do plano de inserção internacional do país parece ser de extremo interesse aos objetivos da presente pesquisa.

Com relação exclusivamente às operações de paz da ONU, a China sempre demonstrou uma postura de distanciamento. Nos primeiros dez anos como membro oficial das Nações Unidas, o país se opôs à criação e à continuação de todas as operações de paz. Em 1981, a postura passou a ser de maior suporte, quando a China começa a votar a favor de algumas resoluções e a contribuir financeiramente para as operações. O envio do primeiro contingente de observadores militares, em 1990, refletiu um caminho duplo que as reformas iniciadas por Deng Xiaoping esperava trilhar: em primeiro lugar, as reformas para maior espaço no comércio internacional necessitavam de uma política externa mais cooperativa; além disso, ao se autoproclamar líder do mundo em desenvolvimento a China precisava se engajar nas instituições multilaterais, tidas como espaços importantes de representação das demandas terceiro-mundistas (FRAVEL, 1996).

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS⁴

Tradicionalmente, a China sempre enxergou as operações de paz da ONU como instrumentos das potências da Guerra Fria para projetar seus interesses por meio do multilateralismo, sobretudo porque tropas chinesas foram combatidas por forças oficiais das Nações Unidas durante a Guerra da Coreia (1950-53) (LECARTE, 2013). Apesar de ter ingressado na ONU no início dos anos 1970, a primeira contribuição da China para as

⁴ Todos os dados utilizados nesta seção foram extraídos de duas fontes: Nações Unidas e Governo da China. Os gráficos e quadros são de elaboração própria do autor.

operações de paz só veio acontecer em 1990, com o envio de cinco observadores para uma missão no Oriente Médio (UNTSO).

No ano seguinte, o País aumenta a quantidade de pessoal enviado para 44, mantendo sua contribuição na casa das dezenas até o começo do século XXI. A única exceção ocorre em 1992, quando os chineses chegam a contribuir com quase 500 pessoas. O motivo para esse salto foi a transição conduzida pela ONU no Camboja. Em 1993, concluído tal processo, a China volta a ter uma contribuição na casa das dezenas. Esse episódio ilustra com clareza que, quando há interesses em jogo (os chineses apoiaram o Camboja durante a Guerra Civil), a China lança mão do arcabouço institucional da ONU para legitimar sua atuação.

A primeira contribuição de pessoal militar só veio a acontecer em 2015, para a missão no recém-independente Sudão do Sul⁵. Na imprensa ocidental, muito se afirmou de que a China enviou soldados para a missão de paz no Sudão do Sul para proteger seus campos de petróleo e os trabalhadores – chineses em sua imensa maioria – que neles atuam. Um exemplo é a reportagem publicada pelo Wall Street Journal em setembro de 2014, intitulada “China Deploys Troops in South Sudan to Defend Oil Fields, Worker”⁶.

Em sua defesa, o governo chinês alega que a crescente participação em operações de paz da ONU se deve, em primeiro lugar, à nova postura de proatividade internacional do país, mas também por se tratar de uma oportunidade de dar experiência de campo às forças militares nacionais. Aqui, vale lembrar que, no início do século XXI, só havia operações de petroleiras estatais chinesas em um país africano, o Sudão. Passada pouco mais de uma década, as estatais estão presentes em cerca de 20 países.

O episódio no Sudão do Sul foi o estopim para uma série de questionamentos sobre a presença chinesa na África. O envio de tropas militares representa uma quebra na histórica política chinesa de não-interferência? O avanço da China no continente africano é resultado apenas de interesses econômicos? O petróleo é a única preocupação do governo comunista ao se relacionar com as economias mais fracas da África? Essas e outras questões têm sido recorrentes nos trabalhos publicados sobre o tema nos últimos anos (BRAUTIGAM, 2010; VERHOEVEN, 2014; LARGE, 2009).

Olhando a proporção⁷ de operações de paz que a China participa, nota-se uma clara evolução. Se inicialmente o País estava presente em, no máximo, 35% das operações, o

5 Um relatório patrocinado pela Comissão China-E.U.A. do Congresso norte-americano (USCC) afirma que os chineses enviaram seu primeiro contingente militar, um pequeno batalhão de infantaria, ainda em 2012. Neste trabalho, contudo, utilizamos a versão oficial do governo chinês de que a primeira contribuição militar só ocorre em 2015.

6 O texto está disponível online no seguinte endereço: www.wsj.com/articles/china-deploys-troops-in-south-sudan-to-defend-oil-fields-workers-1410275041.

7 Quantidade de operações que a China participa dividido pelo total de operações existentes naquele ano.

“novo normal” chinês é participar de, pelo menos, metade das missões em andamento. Nos anos de 2004 e 2005, a China chega a enviar pessoal para 70% das *peacekeeping operations*. Esse dado acompanha o crescimento no quantitativo total de enviados para as missões, que só tem subido desde 2004, com uma breve e discreta reversão na tendência entre 2010 e 2012. Abaixo, apresentamos as estatísticas descritivas das variáveis que utilizamos neste trabalho.

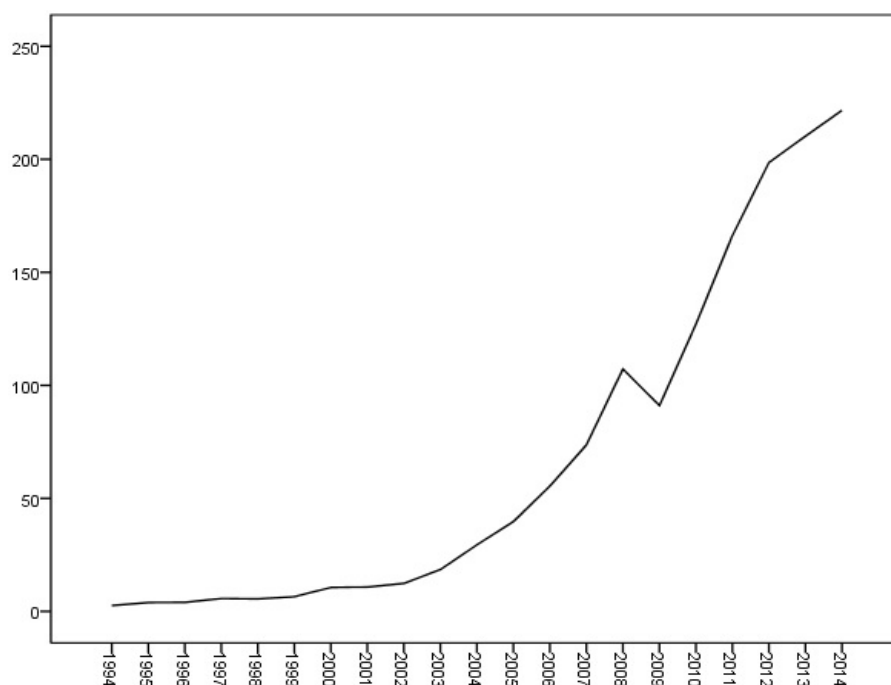
Quadro 1. Estatísticas descritivas

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Contribuição	26	5	3.045	944,62	987,71
Proporção	26	0,125	0,705	0,44	0,164
Comércio	21	2,64	221,66	66,71	75,73

FONTE: Elaboração própria

Como se vê, apesar do notável aumento no envio de pessoal, a contribuição média da China ainda fica em 944, muito abaixo das contribuições anuais absolutas acima de 2 mil que têm sido tendência há meia década, pelo menos. De forma análoga, mesmo com todo o engajamento, em média a China participou de menos da metade (44%) de todas as operações da ONU entre 1990 e 2015. Ainda assim, atualmente o País é o membro permanente do Conselho de Segurança que mais contribui com pessoal para as operações. Os dados do fluxo comercial (importações+exportações) com o continente africano⁸, mensurados em bilhões de dólares correntes, são os únicos que apresentam uma regularidade nítida, tendo crescido ininterruptamente em quase todo o intervalo analisado – a única queda registrada foi entre 2008 e 2009, devido à crise internacional, como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 1. Evolução do fluxo comercial da China com a África (1990-2015)

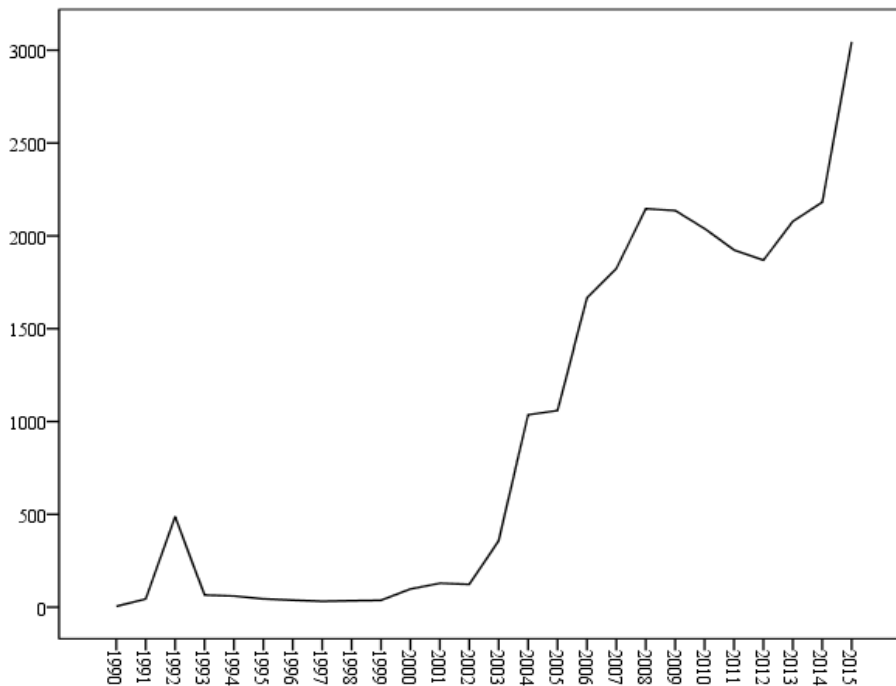


FONTE: Elaboração própria

A imagem mostra que, sobretudo após a virada do século, os laços comerciais entre China e África passaram a avançar de maneira muito mais latente. Uma possível explicação para tal fenômeno talvez seja a institucionalização da parceria entre os chineses e as mais de 50 nações africanas por meio do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), lançado em 2000. Atualmente, o fluxo comercial entre as partes já passa dos US\$ 220 bilhões.

Ao olharmos o gráfico com a evolução da contribuição da China para as operações de paz, notamos uma certa semelhança com o gráfico do fluxo comercial com a África. Apesar de ter avançado menos uniformemente que as relações econômicas, a participação chinesa nas missões de paz também sofre um claro avanço após a entrada do século XXI.

Gráfico 2. Contribuição da China para as operações de paz da ONU (1990-2015)

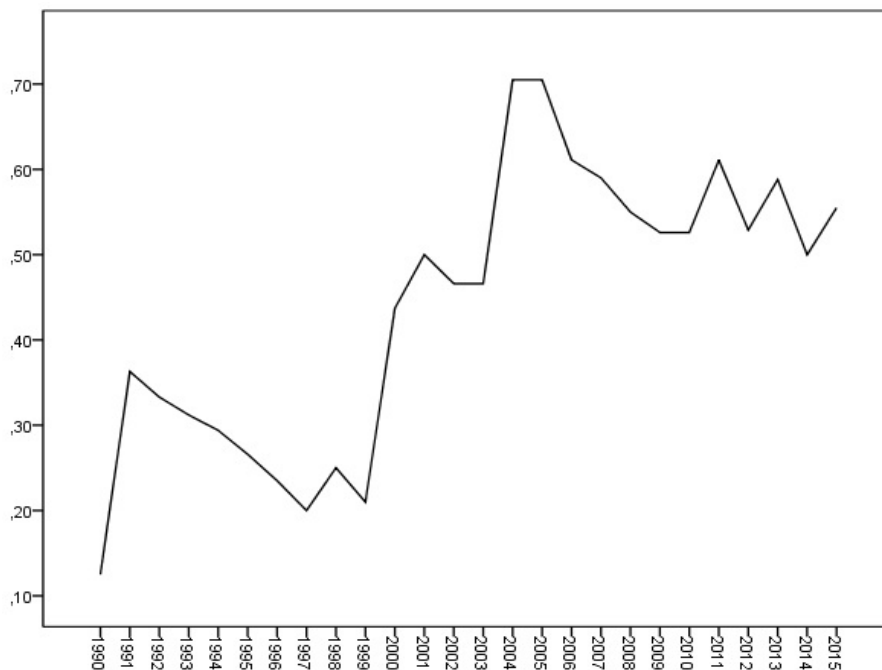


FONTE: Elaboração própria

Além do já mencionado evento no Camboja, o gráfico acima revela pelo menos outros três pontos de inflexão nas contribuições chinesas. O primeiro acontece de 2003 para 2004, quando a contribuição de pessoal salta de 358 para 1.036. Neste mesmo período, a participação da China passa de 7 para 12 operações (de um total de 17). O segundo momento é de 2005 a 2006: a contribuição salta de 1.059 para 1.666. No último momento da nossa série temporal, mais uma inflexão considerável: a contribuição salta de 2.181 em 2014 para 3.045 no ano seguinte. Nesses dois últimos momentos, a quantidade de missões que a China participa não sofre mudanças de impacto.

Por fim, vale observar graficamente como a China tem sido ativa em cada vez mais operações, ainda que o grosso das contribuições se concentre na África, como veremos à frente. Na imagem abaixo, vemos que em 2004 e 2005 a China chega a participar de 70% das operações em andamento. Esse quantitativo, apesar de ter caído nos anos seguintes, segue rondando a casa dos 50% a 60%, o que significa dizer que há mais de dez anos a China tem participado de mais da metade das *peacekeeping operations* tocadas pela ONU – a exceção é em 2014, quando o País participa exatamente de metade das operações (9 de 18). Informações detalhadas sobre as operações que a China participou em cada ano, o total de operações em andamento por ano e a quantidade de pessoal enviado pelos chineses podem ser vistas no Anexo deste trabalho.

Gráfico 3. Proporção (%) de operações de paz que a China participa (1990-2015)



FONTE: Elaboração própria

Tendo em vista os dados apresentados, podemos dizer que a China tem utilizado do expediente multilateral para perseguir interesses econômicos particulares na África? Ainda que as informações estatísticas possam nos levar a crer que sim, ainda é preciso ir mais fundo nessa análise para podermos acessar conclusões definitivas. Contudo, se é verdade que a China tem estreitado a parceria bilateral com todo o continente em termos econômicos, também podemos afirmar, sem dúvida, que o País tem fortalecido sua presença por meio das operações de paz. Não se pode, todavia, afirmar que o engajamento chinês nas operações de paz na África acontece *por causa* dos interesses econômicos. Atualmente, das 10 operações que a China participa, 7 estão no continente africano. Mais

ainda, as maiores contribuições de pessoal também são destinadas a missões na África, com exceção da UNIFIL (Líbano), como mostramos no Quadro 2.

Quadro 2. Participação da China em Operações de Paz da ONU (Fev/2016)

MISSÃO	LOCAL	CONTRIBUIÇÃO
MINURSO	Saara Ocidental / África	10
MINUSMA	Mali / África	402
MONUSCO	Rep. Dem. do Congo / África	234
UNAMID	Darfur / África	234
UNFICYP	Chipre / Europa	3
UNIFIL	Líbano / Ásia	418
UNMIL	Libéria / África	693
UNMISS	Sudão do Sul / África	1.068
UNOCI	Costa do Marfim / África	6
UNTSO	Oriente Médio / Ásia	4
TOTAL:		3.072

FONTE: ONU (com elaboração do autor)

Adicionalmente, rodamos uma Correlação de Pearson entre o fluxo comercial China-África e a participação chinesa nas operações de paz da ONU. A técnica da correlação não nos permite acessar causalidade, até porque não distingue a variável dependente da independente, mas é útil ao informar o pesquisador a direção (positiva ou negativa) e a intensidade (fraca, moderada ou forte) da associação entre as variáveis de interesse. No nosso caso, encontramos uma forte correlação positiva (0,861) entre o fluxo comercial China-África e a participação da China nas missões – todas elas, e não apenas as realizadas em solo africano. O resultado mostrou-se extremamente significativo ($p=0,000$).

Há visões diversas sobre o referido engajamento chinês nas operações de paz da ONU, principalmente aquelas realizadas na África. Para Suzuki (2011), o discurso oficial da China sobre desenvolvimento e modernização oferece uma interpretação hierárquica das relações internacionais, posicionando o país numa espécie de superioridade frente a Estados menos desenvolvidos, o que legitima uma atuação paternalista no sentido de guiar essas sociedades mais “frágeis” para o rumo do crescimento. Ayenagbo et al (2012), por outro lado, apresenta o argumento de que essa nova postura da política externa chinesa mostra uma potência emergente responsável, decidida a se engajar na manutenção da paz e da segurança internacional.

Um relatório do Instituto Internacional de Estocolmo para Pesquisas da Paz (Sipri) mostra que houve uma “dramática expansão” da participação chinesa nas *peacekeeping*

operations, passando de uma visão inicial de ceticismo e questionamento de legitimidade para um engajamento completo. Atualmente, a China é o membro permanente do Conselho de Segurança que mais contribui com pessoal para as operações, além de ter encerrado 2015 como o nono país que mais envia contribuições de pessoal. Em 2009, o país ocupava a 14ª posição nesse ranking.

De acordo com o relatório do Sipri, “deeper thinking and analysis about the motivations, limitations and broader implications of China's engagement in peacekeeping remain at an early stage in the Western debate” (GIL & HUANG, 2009). Em suma, como se vê, o presente esforço de pesquisa aqui desprendido, mesmo que ainda em fase inicial, encontra na literatura uma dupla justificativa: 1) há pouca informação sobre o fenômeno recente do engajamento chinês junto às operações de paz da ONU; e 2) a literatura sobre política externa chinesa ainda não investigou a fundo uma possível relação entre as *peacekeeping operations* e os interesses da China na África.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A China atua na África somente segundo seu autointeresse? A China usa operações de paz para perseguir interesses estratégicos particulares? Apesar da quantidade de estudos realizados sobre o assunto, é certo que não há consenso. Não é tão simples acessar as verdadeiras motivações do governo chinês e os dados à disposição ainda não corroboram a tese de que apenas o interesse guia a atuação do País na África.

Takehera (2006) realizou uma pesquisa com petroleiras chinesas na África e concluiu que não é correto afirmar que essas estatais produzem petróleo apenas para a própria China. Brautigam (2010), em extensivo estudo sobre as relações sino-africanas, diz que não necessariamente o único interesse chinês são as matérias-primas. Por outro lado, Large (2008) afirma que o fator mais importante nas relações entre China e Sudão é o envolvimento chinês com a produção de petróleo. Hoje, o autor enxerga que a China enfrenta o desafio de acomodar sua já estabelecida política de não-interferência com o desenvolvimento cada vez mais complexo dos laços econômicos com o continente africano.

Nesse contexto, o guarda-chuva institucional proporcionado pela ONU pode estar servindo aos interesses chineses, muito embora o discurso oficial aponte que a participação nas operações de paz, para além de uma demonstração da maior assertividade internacional do país, constitui também uma forma de oferecer experiência de campo aos militares nativos. Não cabe aqui julgar o discurso diplomático oficial e compará-lo à práxis internacional efetiva, mas sim mobilizar os meios necessários para tentar testar as hipóteses com maior rigor.

Para uma agenda futura de pesquisa, pelo menos três esforços podem ser úteis. Primeiramente, faz-se mister uma investigação mais profunda do conteúdo presente nos relatórios produzidos por agências oficiais, bem como em discursos dos principais líderes do governo comunista, como o presidente, o primeiro-ministro, ministros de primeiro escalão e autoridades militares. Urge também um levantamento dos investimentos diretos realizados pelo governo chinês na África, detalhado por país e setor, assim como uma descrição aprofundada das atividades das petroleiras chinesas no continente. Enfim, outro empreendimento útil seria a análise dos acordos no âmbito do Focac e o comportamento da China e os países africanos em fóruns multilaterais, no sentido de descortinar padrões e tendências comportamentais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANSHAN, Li. China and Africa: policy and challenges. *China Security*, v. 3, n.3 p. 69-93, 2007.
- AYENAGBO, Kossi; NJOBVU, Tommie; SOSSOU, James V.; TOZOUN, Biossey K. China's peacekeeping operations in Africa: From unwilling participation to responsible contribution. *African Journal of Political Science and International Relations*, vol. 6(2), pp. 22-32. February, 2012.
- BRAUTIGAM, Deborah. *The dragon's gift: The real story of China in Africa*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- CARNEIRO LEÃO, Bruno Guerra. *As relações econômicas EUA-China no início do século XXI: análise à luz das dinâmicas concorrentes da geopolítica e da globalização*. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- EISENMAN, J.; HEGINBOTHAM, E.; MITCHELL, D. (Ed.). *China and the Developing World: Beijing's Strategy for the Twenty-First Century*. New York: M.E. Sharpe, 2007.
- FRAVEL, Taylor. China's Attitude toward U.N. Peacekeeping Operations since 1989. *Asian Survey*, vol. 36, n. 11, pp. 1102-1121. 1996.
- LECARTE, Jacques. China's role in UN peacekeeping operations. *Library Briefing*. Library of the European Parliament: 2013.
- LIJUN, Sheng. China and ASEAN in the Asian Regional Integration. In: WANG, Gungwu; ZHENG, Yongnian. *China and the New International Order*. New York: Routledge, 2008.
- MEDEIROS, Carlos Aguiar de. A China e as matérias-primas. In: FUNAG. *Brasil e China no reordenamento das Relações Internacionais: desafios e oportunidades*. Brasília: Funag, 2011.
- MITCHELL, Derek; McGIFFERT, Carola. Expanding the "Strategic Periphery": a history of China's interaction with developing world. In: EISENMAN, J.; HEGINBOTHAM, E. ;D. MITCHELL, D. (Ed.). *China and the developing world: Beijing's strategy for the twenty-first century*. New York: M.E. Sharpe, 2007.
- LARGE, Daniel. China and the Contradictions of 'Non-interference' in Sudan. *Review of African Political Economy*, v. 35, n. 115, pp. 93-106. 2008
- LARGE, Daniel. China's Sudan engagement: changing Northern and Southern political trajectories in peace and war. *China Quarterly*, n. 199, pp. 610-26. September, 2009.
- LING, Bonny. China's Peacekeeping Diplomacy. *International Relations and Institutions*, n.1, 2007.
- VADELL, Javier Alberto; LOPES, Bárbara Ferreira; NASCIMENTO, Daniele Cardoso do. FOCAC: estratégia econômica e política de cooperação Sul-Sul Sino-Africana. *Carta Internacional*, vol. 8, n. 2, jul-dez. pp. 81-99. 2013.

PAUTASSO, Diego; OLIVEIRA, Lucas Kerr de. A segurança energética da China e as reações dos EUA. *Contexto Internacional*, v. 30, n. 2, pp. 373-374. Dezembro, 2008.

SUZUKI, Shogo. Why Does China Participate in Intrusive Peacekeeping? Understanding Paternalistic Chinese Discourses on Development and Intervention. *International Peacekeeping*, 18:3, pp. 271-285. 2011.

TAKEHERA, Mika. Why Chinese Oil Majors Rush to Africa. *Oil and Gas Review*, n. 40. 2006

VERHOEVEN, Harry. Is Beijing's Non-Interference Policy History? How Africa is Changing China. *The Washington Quaterly*, vol. 37, n.2, 2014.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *As Relações Diplomáticas da Ásia: articulações regionais e afirmação mundial (uma perspectiva brasileira)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011

WANG, Jian-Ye. What Drives China's Growing Role in Africa? *Working Paper 07/211*, International Monetary Fund, Washington, DC. 2007.

THORSTENSEN, Vera; RAMOS, Daniel; MÜLLER, Carolina. Perfil da política e instrumentos de comércio internacional dos BICs: China, Índia e Brasil. In: *Anais do 3º Encontro Nacional da ABRI*. São Paulo, 2011.

ANEXO**Quadro.** Evolução da participação chinesa em Operações de Paz da ONU (1990-2015)

ANO	MISSÕES (total)	PARTICIPAÇÃO CHINESA	CONTRIBUIÇÃO
1990	8	UNTSO	5
1991	11	UNTSO, UNIKOM, MINURSO, UNAMIC	44
1992	12	UNTSO, UNIKOM, MINURSO, UNTAC	488
1993	16	UNTSO, MINURSO, UNIKOM, UNOMUR, UNOMIL	65
1994	17	UNTSO, UNIKOM, MINURSO, ONUMOZ, UNOMIL	60
1995	15	UNTSO, UNIKOM, MINURSO, UNOMIL,	45
1996	17	UNTSO, UNIKOM, UNAVEM, UNOMIL	38
1997	15	UNTSO, UNIKOM, MONUA	32
1998	16	UNTSO, UNIKOM, MINURSO, UNAMSIL	35
1999	19	UNTSO, UNIKOM, MINURSO, UNAMSIL	37
2000	16	UNTSO, UNIKOM, MINUGUA, MINURSO, UNAMSIL, UNMEE, UNTAET	98
2001	16	UNTSO, UNIKOM, MINURSO, MONUC, UNAMSIL, UNMEE, UNMIBH, UNTAET	129
2002	15	UNTSO, UNIKOM, MINURSO, MONUC, UNAMSIL, UNMEE, UNMISSET	123
2003	15	UNTSO, MINURSO, MONUC, UNAMSIL, UNMEE, UNMIL, UNMISSET	358
2004	17	UNTSO, MINURSO, MINUSTAH, MONUC, ONUB, UNAMA, UNAMSIL, UNMEE, UNMIK, UNMIL, UNMISSET, UNOCI	1.036
2005	17	UNTSO, MINURSO, MINUSTAH, MONUC, ONUB, UNOCI, UNAMA, UNMEE, UNMIK, UNMIL, UNMIS,	1.059

		UNOTIL	
2006	18	UNTSO, MINURSO, MINUSTAH, MONUC, UNFIL, UNMEE, UNMIK, UNMIL, UNMIS, UNMIT, UNOCI	1.666
2007	22	UNTSO, MINURSO, MINUSTAH, MONUC, UNAMID, UNFIL, UNIOSIL, UNMEE, UNMK, UNMIL, UNMIS, UNMIT, UNOCI	1.824
2008	20	UNTSO, MINURSO, MINUSTAH, MONUC, UNAMID, UNFIL, UNMIK, UNMIL, UNMIS, UNMIT, UNOCI	2.146
2009	19	UNTSO, MINURSO, MINUSTAH, MONUC, UNAMID, UNFIL, UNMIL, UNMIS, UNMIT, UNOCI,	2.136
2010	19	UNTSO, MINURSO, MINUSTAH, MONUSCO, UNAMID, UNFIL, UNMIL, UNMIS, UNMIT, UNOCI	2.039
2011	18	UNTSO, MINURSO, MINUSTAH, MONUSCO, UNAMID, UNFICYP, UNIFIL, UNMIL, UNMISS, UNMIT, UNOCI	1.924
2012	17	UNTSO, MINURSO, MONUSCO, UNAMID, UNFICYP, UNIFIL, UNMIL, UNMISS, UNOCI	1.869
2013	17	UNTSO, MINURSO, MINUSMA, MONUSCO, UNAMID, UNFICYP, UNIFIL, UNMIL, UNMISS, UNOCI	2.078
2014	18	UNTSO, MINURSO, MINUSMA, MONUSCO, UNAMID, UNIFIL, UNMIL, UNMISS, UNOCI	2.181
2015	18	UNTSO, MINURSO, MINUSMA, MONUSCO, UNAMID, UNFICYP, UNIFIL, UNMIL, UNMISS, UNOCI	3.045

FONTE: ONU (com elaboração do autor)